

O inventariante da natureza

KRISTINA MICHAELLES

— Já se passaram seis meses desde a Rio-92. Os países ricos continuam denunciando os pobres pelo desmatamento e pelas queimadas; os pobres acusam os ricos por empesarem o ar com emissões de CO₂, mas ninguém parece resolver nada. Não há uma boa dose de hipocrisia em todo este discurso ambiental?

— Sim. É uma vergonha: em setembro, na reunião anual dos ministros de Economia das grandes potências em Washington, não se disse uma só palavra sobre recursos para meio ambiente e desenvolvimento sustentável nos países tropicais. Da mesma forma, na reunião do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo), em Munique, apenas um mês após a Rio-92, não se tocou em meio ambiente. Há uma espécie de efeito estufa na retórica ambientalista. Ação concreta, nada.

— Então, como sempre, o dinheiro é a chave do problema.

— Obviamente o dinheiro sempre é da maior importância. Mas existem recursos, há o GEF (Global Environmental Fund) do Banco Mundial. O que há é uma clara falta de liderança entre os países industrializados. Se os Estados Unidos estivessem mesmo interessados em promover iniciativas ambientais, muita coisa já teria acontecido.

— A Comissão de Desenvolvimento Sustentável que está para ser criada pela Assembléia Geral da ONU é de fato um passo importante para ajudar a salvar o planeta, ou trata-se de mais um órgão burocrático?

— É cedo para avaliar. Sempre existe o risco da burocratização, especialmente em se tratando das Nações Unidas. No entanto, na falta de outro órgão internacional, esta comissão deve ficar lá mesmo. Meu sonho seria a criação de um grêmio que colocasse na mesma mesa países ricos e nações do Terceiro Mundo importantes em termos ambientais, como Brasil, Índia, China, Indonésia. Uma espécie de G-7 ampliado. Não dá mais para tratar de assuntos ambientais de forma setorializada. Temos que lidar com eles de forma global.

— Como conselheiro da Casa Branca, o senhor chegou a apresentar esta sugestão?

— Chegamos a conversar a respeito. Agora, com a ascensão do governo Clinton, precisamos pensar nestas novas possibilidades.

— Houve muitas críticas em relação à atuação do governo Bush na área ambiental, seja pelo que ele deixou de fazer, seja pelo emprego de um certo marketing verde falso. Em que sentido muda concretamente a ação do governo americano com Bill Clinton?

— Primeiro, é preciso admitir que o governo Bush não era totalmente ruim em relação ao meio ambiente. Com certeza, era bem melhor do que o governo Reagan. Evidentemente, no entanto, o meio ambiente não ocupava um lugar de destaque na pauta de decisões, enquanto a dupla Clinton/Gore confere a mais alta prioridade ao assunto e seguramente vai surpreender o mundo com ações neste campo. As restrições às emissões serão mais duras. As ações que beneficiarem o meio ambiente deverão receber muito mais estímulos.

— Apesar da expectativa internacional, o presidente Bush se recusou a assinar a Convenção sobre Biodiversidade na Rio-92. O senhor acha que Clinton a assinará?

— A minha previsão é de que no ano que vem o governo americano vai assinar a convenção e que, depois disto, estudará como melhorar o texto através de adendos e notas explicativas. A convenção não é perfeita, mas é muito mais fácil trabalhar dentro do grupo de países signatários do que modificá-la por fora.

— Por que então Bush não quis assiná-la?

— Acho que ele não estava bem esclarecido sobre o assunto, e que sofreu muita pressão por parte das indústrias no último minuto. O mais curioso, nisso tudo, é que o governo Bush está à frente de uma iniciativa que passou despercebida com todo este barulho em torno da Rio-92. Trata-se de um vasto levantamento de espécies de plantas e animais no mundo inteiro. Será algo inédito. No dia 15 de janeiro, vamos reunir em Washington mais de 40 especialistas em biodiversidade do mundo inteiro, incluindo cientistas brasileiros, para dar partida ao projeto.

— Mas não existem já diversos levantamentos em vários países, inclusive no Brasil?

— Sim. O problema é que temos hoje

■ Sentado à beira da piscina no anexo do Copacabana Palace com sua indefectível gravata-borboleta pespegada numa camisa listrada, o americano Thomas Lovejoy, 51 anos, mais parece um bem-sucedido executivo de Wall Street. Ledo engano. Trata-se de um dos maiores especialistas mundiais em assuntos amazônicos. Num verão de 1965, embrenhou-se pela primeira vez na selva para participar de um projeto perto de Belém do Pará. Desde então, a riqueza de espécies da Amazônia e os problemas que envolvem o futuro da região nunca mais deixaram de frequentar o dia-a-dia do biólogo, cuja tese de doutorado trata das aves amazônicas e que em 1982 ciceroneou o vice-presidente eleito Al Gore pela floresta brasileira.

Há cinco anos vice-diretor de relações externas do

Smithsonian Institution de Washington, organização ligada ao governo americano, Lovejoy é pai da proposta de trocar pedaços da dívida externa dos países em desenvolvimento por investimentos em meio ambiente. Durante a Rio-92, chegou a conversar com o então presidente Fernando Collor sobre um novo e ambicioso projeto que começa a tomar forma em janeiro: um imenso levantamento da fauna e da flora mundiais centralizado num Centro de Biodiversidade a ser criado em Washington. Consultor científico da Casa Branca na gestão de Bush e agora também na administração de Bill Clinton, Lovejoy garante que os Estados Unidos devem passar de vilão a exemplo em termos ambientais e que deverão assinar a Convenção da Biodiversidade no ano que vem.

Adriana Lorete



uma espécie de colcha de retalhos com trabalhos feitos por vários países. A idéia é concentrar todos os dados disponíveis num Centro Internacional de Biodiversidade, a ser criado nos Estados Unidos, e que poderá ser ligado ao Smithsonian. Para países como o Brasil, seria da mais alta importância dispor de um inventário de todos os agentes públicos e privados que trabalham com biodiversidade. E penso que poderei ajudar a captar recursos para isto nos próximos anos. É uma vergonha não termos uma idéia precisa sobre a quantidade de espécies que habitam a Terra.

— O que o senhor acha de iniciativas como o contrato de risco entre o Instituto de Biodiversidade da Costa Rica (Inbio) e a indústria farmacêutica Merck, em que o país vende os direitos de pesquisar as propriedades de determinadas espécies ao laboratório?

— Penso que se trata de uma valiosa fonte de inspiração, pois reúne vários tipos de capital — o financeiro, o tecnológico e o genético — remunerando todos os investidores. O contrato entre a Merck e o Inbio junta os recursos genéticos com a capacitação científica e a disponibilidade financeira.

— Qual o nível de controle que o país detentor da biodiversidade teria sobre as experiências?

— Acho que não interessaria a gigantes como a Merck contrabandear plantas ou conhecimentos, pois isto colocaria o contrato em risco. Vamos ser realistas: não é muito mais interessante você poder oferecer atrativos para grandes laboratórios investirem em pesquisa e, ao mesmo tempo, oferecer a jovens cientistas locais a oportunidade de entrar neste tipo de programa, do que ter uma enorme riqueza natural que não é explorada por falta de recursos financeiros? Este tipo de joint-venture deveria se multiplicar pelo mundo afora. Afinal, se a Merck consegue bolar uma fórmula a partir de uma planta da floresta costarriquenha e passar a vender o remédio com esta fórmula no mundo inteiro, terá sempre que pagar royalties ao Inbio.

— O senhor é um velho defensor da Amazônia. Há três anos, o senhor disse que só restavam dez anos para salvar a região, e que não haveria uma segunda chance. Agora, só restariam mais sete...

— ...mas, de lá para cá, os desmatamentos e as queimadas também diminuíram. Estou menos pessimista hoje do que há alguns anos, quando as imagens da Amazônia em chamadas assustavam o mundo inteiro. Evidentemente, os problemas são enormes. Não podemos esquecer que existem 12 milhões de pessoas na região, e que a única solução é garantir uma base de sustentação econômica para elas através de projetos que gerem empregos em

atividades não-predatórias. Estou muito interessado no programa de zoneamento ecológico-econômico realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, uma iniciativa seriíssima e muito importante para o estudo das áreas ricas em diversidade biológica. A Amazônia, além disso, é importante por causa do ciclo das águas.

— Há poucos dias, a organização ambientalista Greenpeace fez uma ação no sul do Pará contra o corte ilegal de mogno. Na maioria dos países industrializados, há uma forte tendência a boicotar a compra de madeiras tropicais. O que acha disso?

— O boicote pode ser um perigo, pois muitos países dependem da exportação de madeiras tropicais. Se eles perdem o mercado, a floresta deixa de ter valor e vai acabar. É mais importante organizar boicotes seletivos para proteger determinadas espécies ameaçadas ou promover ações no sentido de apoiar os países que estão manejando as florestas de forma sustentável.

— O senhor foi um dos idealizadores da modalidade de conversão da dívida em projetos ambientais. Por que esta modalidade nunca pegou?

— Esteve quase para decolar no fim do governo Collor. Marcílio (Marques Moreira, ex-ministro da Economia) era a favor; Eliezer (Batista, ex-secretário de Assuntos Estratégicos), também. Uma operação de conversão chegou a ser fechada. Agora, temos que começar de novo. Se a conversão não chega a resolver o problema da dívida dos países em desenvolvimento, pode ser importantíssima para as agências ambientais. Atualmente, há um problema de ordem contábil que faz com que a compra da dívida pelas ONGs não seja uma operação vantajosa para os bancos. Espero que o próximo governo americano solucione este problema.

— Quanto se converteu até agora em projetos ambientais?

— De fato, até agora apenas US\$ 100 milhões puderam ser convertidos no mundo inteiro em projetos ambientais. Mas continua sendo uma das formas pelas quais recursos podem ser canalizados para o setor ambiental. Vou continuar me empenhando para melhorar as condições, para fazer com que os bancos tenham vantagem neste tipo de operação, e tentar viabilizar também a conversão de dívidas governo a governo.

— Isto significa que o senhor pretende continuar na Casa Branca como conselheiro?

— Sim, porque a minha função não é político-partidária. É técnica. Conheço bem o vice-presidente eleito, Al Gore, um homem muito interessado em todos os novos mecanismos ambientais e que

realmente se engaja pela causa. Tanto que o voto ambiental — principalmente dos jovens — foi um dos fatores decisivos para a vitória de Clinton.

— O senhor acredita que estes mesmos eleitores que deram uma espécie de voto verde se disporiam a tirar dinheiro do bolso na hora de pagar contribuições ambientais?

— Sim. Acho que principalmente os jovens estão abertos para isto. Há uma nítida mudança de postura em relação às gerações mais velhas.

— Então a mudança de comportamento dos últimos anos é irreversível mesmo, ou ainda há uma boa dose de modismo nisto?

— É irreversível. Vai haver muitas idas e vindas neste processo, mas não tenha dúvida de que o mundo nunca voltará ao que já foi em termos de descaso com o meio ambiente.

— Iniciativas como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, do suíço Stefan Schmidheiny, são eficazes ou fariam parte de um bom marketing?

— É evidente que a indústria tem que ser envolvida no esforço rumo ao desenvolvimento sustentável e também assumir uma nova postura. Aliás, este é um dos setores cruciais na luta contra a destruição do planeta. Quanto mais iniciativas deste tipo, melhor. Aqui, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável está realizando um bom trabalho.

— No seu dia-a-dia, o senhor tenta se comportar de forma ecologicamente correta?

— Sabe que já mudei bastante os meus hábitos? Hoje em dia, economizo muito mais energia do que no passado. Tomo cuidado em reciclar ao máximo tudo o que posso. Evito andar muito de carro. Falta inventar um meio de transporte para vir ao Brasil que não desperdice tanto combustível...

— Há alguns dias, em Washington, mais de 1.500 cientistas lançaram um alerta contra a destruição do planeta. Este tipo de manifestação tem impacto político?

— Este tipo de alerta é importantíssimo. Tudo o que chamar a atenção da opinião pública vale nesta luta.

— Há dois anos, o senhor elogiou a atuação do governo Collor na área ambiental. Continua com a mesma opinião?

— Ele estava no caminho certo. E — convenhamos — o governo de Fernando Collor já foi bem melhor do que o governo Sarney. Algumas iniciativas foram da maior importância, como o zoneamento ecológico, a demarcação da área dos índios ianomâni, a diminuição do desmatamento. Obviamente, não é um bom sinal para o país o fato de o Ibama já estar em seu quinto presidente e no terceiro ministro do Meio Ambiente.

Vergonha

É uma vergonha não termos uma idéia precisa sobre a quantidade de espécies que habitam a Terra.

Descaso

O mundo nunca voltará ao que já foi em termos de descaso com o meio ambiente.

Mau sinal

Obviamente, não é um bom sinal para o país o fato de o Ibama já estar em seu quinto presidente e no terceiro ministro do Meio Ambiente.

Muita

conversa

Há uma espécie de efeito estufa na retórica ambientalista. Ação concreta, nada.

Falta de

ação

Se os Estados Unidos estivessem mesmo interessados em promover iniciativas ambientais, muita coisa já teria acontecido.

Biodiversidade

No ano que vem, o governo americano vai assinar a convenção e, depois disto, estudará como melhorar o texto.